

Moradias de baixa renda

A regularização de parcelamentos irregulares é apenas uma parte da nova política habitacional, que será desenvolvida entre o Governo do Distrito Federal (GDF) e a União. Moradia para a população de baixa renda é uma das principais metas do convênio de cooperação técnica. Além de terrenos do governo federal, áreas da Terracap também poderão ser destinadas a esse fim. A expectativa entre os movimentos sociais de luta por habitação é grande. Ontem pela manhã, integrantes da Coalizão pela Moradia Popular do DF reuniram-se com a secretária Nacional de Habitação, Inês Magalhães, para discutir os últimos detalhes do edital para cessão de uma área no Riacho Fundo II, de propriedade da União.

As entidades habitacionais defendem a aprovação do texto elaborado em parceria com as cooperativas. De acordo com a Coalizão pela Moradia, cerca de 110 mil pessoas de baixa renda não têm habitação. "Esse concurso pode ser um modelo para todas as concorrências. A parceria com o GDF para produzir moradia para esta faixa de renda é um passo muito importante para conseguirmos reduzir o déficit habitacional", explica Nilson Reis, um dos participantes da coalizão.

O novo bairro no Riacho Fundo II deve criar três mil novas moradias, de acordo com a Secretaria de Patrimônio da União. Mas representantes de movimentos sociais defendem a verticalização das habitações para que possam ser criadas até cinco mil residências.

Déficit

A criação de assentamento para as famílias de baixa renda é uma das prioridades da política habitacional do GDF. A Secretaria de Desenvolvimento Urbano e Habitação (Seduh) pretende adensar áreas consolidadas próximas a eixos de transportes para criar novas opções de moradia. De acordo com a Seduh, o déficit habitacional entre todas as faixas de renda é de 120 mil moradias.

A proposta do governo federal para a criação do bairro no Riacho Fundo II é que a União ceda a área e o GDF invista para a consolidação do projeto urbanístico. A infra-estrutura ficaria sob a responsabilidade do governo local. Para o assessor técnico da SPU, Paulo Valério Silva, a participação do governo local é imprescindível para que as novas moradias virem realidade. "O GDF é responsável pela aprovação dos parcelamentos urbanos. A participação da equipe técnica é fundamental nesse processo", explica Valério. (HM)